

# folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

## Práticas Informacionais das mulheres negras: construindo Competência Crítica em Informação

Daniella Alves de Melo

Doutoranda em Ciência da Informação  
pela Universidade Federal da Paraíba.

[dame\\_18@hotmail.com](mailto:dame_18@hotmail.com)

Edvaldo Carvalho Alves

Doutor em Ciências Sociais e professor do  
Departamento de Ciência da Informação  
da Universidade Federal da Paraíba.

[edvaldocalves@gmail.com](mailto:edvaldocalves@gmail.com)

Fellipe Sá Brasileiro

Doutor em Ciência da Informação e  
professor do Departamento de  
Comunicação da Universidade Federal da  
Paraíba.

[felipesa@hotmail.com](mailto:felipesa@hotmail.com)

### Resumo

Esse trabalho teve como objetivo compreender se/como as Práticas Informacionais desenvolvidas pelas feministas negras, que atuam na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba, têm contribuído para a construção de Competências Críticas em Informação, que as possibilitam orientar suas ações de enfrentamento às relações de dominação/submissão de gênero e étnico/raciais. É um estudo realizado por meio de pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, onde os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas. Trata-se de uma pesquisa correlacional, que visa relacionar os conceitos de Práticas Informacionais e Competência Crítica em Informação. Os dados foram analisados através da análise temática de conteúdo, por meio da técnica de categorização, com base nas categorias analíticas abordadas no trabalho. A pesquisa mostrou que as Práticas Informacionais desenvolvidas pelas mulheres negras acontecem em dois âmbitos: o do sujeito, que diz respeito às experiências de opressão vividas por essas mulheres e sua ação na busca de fortalecimento; e o da instituição, que tem a ver com as práticas que visam empoderar outras mulheres. A Competência Crítica em Informação, por sua vez, é desenvolvida ao longo da vida, a partir das Práticas Informacionais dessas mulheres, e faz relação com a reflexão sobre suas necessidades informacionais, a construção da informação em espaços alternativos e o desenvolvimento de um senso crítico informacional, esses pontos reunidos contribuem, através do fortalecimento mútuo e do uso da informação construída, para o enfrentamento das relações de opressão/submissão vivenciadas por elas.

**Palavras-chave:** Práticas Informacionais. Competência Crítica em Informação. Bamidelê.

### *Black Women's Informational Practices: building Critical Information Literacy*

### Abstract

This work aimed to understand if/how the Informational Practices developed by black feminists, they're part of Bamidelê - Organization of Black Women in Paraíba, have contributed to the construction of Critical Information Literacy, which enable them to orient their actions to confront relations of domination/submission of gender and ethnic/racial. It is a study conducted through field research, with a qualitative approach, where data were collected through semi-structured interviews. It is a correlational research, which aims to relate the concepts of Informational Practices and Critical Information Literacy. The data were analyzed through the thematic content analysis, through the categorization technique, based on the analytical categories discussed in the paper. The research showed that the Information Practices developed by black women happen in two scopes: that of the subject, which refers to the experiences of oppression experienced by these women and their action in the search of strengthening; and that of the institution, which has to do with practices aimed at empowering other women. The Critical Information Literacy, on the other hand, is developed throughout the life, from the Information Practices of these women, and relates with the reflection on its informational needs, the construction of the information in alternative spaces and the development of a critical sense information, these points together contribute, through the mutual strengthening and use of constructed information,



Este trabalho está licenciado com uma  
Licença [Creative Commons - Atribuição-  
NãoComercial-Compartilhual 3.0 Brasil](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/).

to the confrontation of the relations of oppression/submission experienced by them.

**Keywords:** Informational Practices. Critical Information Literacy. Bamidelê.

## 1 Introdução

Durante muito tempo, a História invisibilizou a atuação de mulheres e negros/as na construção da sociedade e do conhecimento. Acreditava-se numa História única, linear e progressiva, onde os principais atores eram homens brancos burgueses europeus. Assim, esse caráter universal que foi atribuído ao sujeito histórico, reforçou a imagem da mulher como marginalizada e do/a negro/a como raça inferior, o que acarretou um significativo retardo na representação histórica desses grupos.

No entanto, vários acontecimentos no século XX contribuíram para que mulheres e negros/as saíssem das sombras da exclusão e passassem a protagonizar sua própria história. Assim, segundo Rocha (2000, p. 145), eles fizeram um barulho suficiente para ameaçar a ordem que os excluía, impondo aos investigadores sociais questões que deveriam ser consideradas “sob o risco de – com a manutenção do status de neutralidade de mais de dois terços da humanidade – se estar produzindo ficção no lugar de saber”. Esses acontecimentos, juntamente com a explosão do Movimento Feminista, no final da década de 60, proporcionaram um campo fértil para o questionamento de pressupostos como a naturalização biológica, a essencialização e o universalismo, crenças que colaboravam com a manutenção das relações de submissão/opressão.

Dessa forma, pode-se dizer que o Movimento Feminista tem uma característica muito particular, pois é um movimento que trabalha em duas frentes: a teórica, onde produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria; e a prática, ou seja, da ação, da luta, da resistência (PINTO, 2010). Porém, está longe de ser um todo unificado, o que torna um equívoco falar em Feminismo no singular, pois são muitos os seus posicionamentos teóricos. Logo, a heterogeneidade das mulheres possibilitou o surgimento de conflitos internos dentro do próprio movimento, onde mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, lésbicas, reivindicavam uma “diferença dentro da diferença”. Para elas, o movimento não as incluía. Essa reivindicação possibilitou o fortalecimento do Feminismo Negro, que, através do conceito de interseccionalidade, veio questionar a primazia da categoria analítica gênero, produzindo assim sua intersecção com outras categorias de análise, tais como classe e raça.

Ao trabalhar os marcadores sociais de gênero e raça, é importante saber que os papéis designados para mulheres e negros/as não são atribuições naturais ou biológicas, eles são, antes de tudo, construídos socialmente e definidos através de normas e costumes criados e reforçados por diferentes meios, com a finalidade de legitimar e perpetuar as relações de dominação. Nesse sentido, a informação figura como ferramenta fundamental, que tanto pode servir para reforçar a relação de opressão, quanto para possibilitar formas de resistência.

Na Ciência da Informação (CI), poucos/as são os/as pesquisadores/as que se interessam pela temática de gênero e raça, mesmo sendo estreita a ligação entre informação e a construção das identidades. Segundo pesquisa realizada por Espírito Santo (2008), através do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), durante os anos de 2000 a 2007 foram publicados apenas 28 artigos com a temática de gênero na CI, entre trabalhos nacionais e internacionais. De maneira parecida, Valério, Bernardino e Silva (2012) analisaram as publicações realizadas nos Enancibs, entre os anos de 2005 e 2010, que versavam sobre as questões raciais, e constataram que de 982 artigos publicados, apenas 11 contemplaram assuntos sobre as relações raciais afrodescendentes. Com base nisso, percebe-se que existe um déficit de pesquisas no que se refere a esses temas.

Dessa forma, este trabalho se propôs a estudar os marcadores sociais de gênero e raça/etnia, a partir do olhar das Práticas Informacionais, entendendo que esse conceito está vinculado às interações entre sujeitos e informação, em contextos onde o conhecimento é construído coletiva e socialmente, e não meramente acumulado (ARAÚJO, 2013). Assim, a pesquisa teve como objetivo compreender se/como as Práticas Informacionais desenvolvidas pelas feministas negras, que atuam na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba, têm contribuído para a construção de Competências Críticas em

Informação que as possibilitam orientar suas ações de enfrentamento às relações de dominação/submissão de gênero e étnico/raciais.

No que diz respeito ao percurso metodológico, este estudo foi realizado por meio da pesquisa de campo, com uma abordagem qualitativa, onde os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas. Trata-se de uma pesquisa correlacional, que visa relacionar os conceitos de Práticas Informacionais e Competência Crítica em Informação. Teve como campo empírico a Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba, sendo os sujeitos da pesquisa as feministas negras que atuam na ONG. Para análise e organização dos dados utilizou-se a análise temática de conteúdo (BARDIN, 1977), apoiada nos conceitos-chave levantados pela fundamentação teórica.

Assim sendo, entende-se que esta pesquisa se justifica pela sua contribuição teórica para os recentes estudos da Competência Crítica em Informação, conceito relativamente novo na Ciência da Informação, possibilitando sua articulação com os estudos das Práticas Informacionais. Além de ser uma importante contribuição para as pesquisas de gênero e raça, temas em ascensão científica, porém de produção ainda tímida na área da Ciência da Informação.

## 2 Referencial Teórico

Para melhor compreensão deste estudo, iniciaremos discutindo os conceitos de identidades e diferenças e sua relação com os marcadores sociais, uma vez que são primordiais para entender como as relações de submissão/opressão são construídas com base nas marcações simbólicas possibilitadas, entre outras coisas, pela informação. Em seguida, apresentaremos o conceito de interseccionalidade, mostrando sua importância para entender a intersecção das categorias de opressão, além de sua contribuição para fortalecimento do Feminismo Negro, que também é abordado na discussão. E por fim, introduziremos a discussão sobre Práticas Informacionais e Competência Crítica em Informação como conceitos-chave desse trabalho relacionados com a função social da informação, que é a de possibilitar a transformação das condições em que vivem os sujeitos.

### 2.1 Discutindo identidades e diferenças

Segundo Kathryn Woodward (2008), redescobrir o passado faz parte do processo de construção das identidades de qualquer grupo, sendo essa redescoberta marcada por conflitos e contestações, que, em parte, baseiam-se na oposição entre uma perspectiva essencialista e não essencialista (construcionista) dessa construção. Assim, foi através de uma perspectiva essencialista, por exemplo, que se justificou, ao longo dos anos, o fato das mulheres serem mantidas às sombras dos homens e dos/as negros/as serem tratados/as como raça inferior.

De acordo com Stuart Hall (2006), simplificarmente, existem três concepções bem diferentes de identidade, a saber: o sujeito do Iluminismo; o sujeito sociológico; e o sujeito pós-moderno. Para o sujeito do Iluminismo a identidade era vista como individual, ele nascia e se desenvolvia com ela, esta permanecia essencialmente a mesma até sua morte – detalhe que o sujeito do Iluminismo era usualmente descrito no masculino. Já a noção de sujeito sociológico, traz consigo a concepção de que a identidade é formada através da relação com outras pessoas, que medeiam para o sujeito os valores, sentidos e simbolismos do mundo, assim, a identidade é formada na interação entre a pessoa e a sociedade. A concepção de sujeito pós-moderno, por sua vez, surge a partir da argumentação de que atualmente as coisas estão mudando, e que o sujeito não possui mais uma identidade única, ele assume identidades diferentes em momentos diferentes, ou seja, a identidade é formada e transformada continuamente (HALL, 2006).

Ainda conforme Hall (2006), a noção de sujeito pós-moderno traz consigo a ideia de que não há mais uma identidade singular, única e abrangente, não existe uma “identidade mestre” que alinhe todas as diferentes identidades em uma só, e que seja capaz de servir de base para uma política una. Dessa forma, conforme dito por Woodward (2008, p. 34), uma das características que definiam os movimentos sociais dos anos 60, incluindo o Movimento Feminista e o Movimento Negro, era a política de identidade, ou seja, uma política que envolvia a “celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica”. Assim, pode-se dizer, que alguns grandes avanços ocorridos na forma de pensar – na teoria social e nas ciências humanas – podem ter contribuído para essa descentralização do sujeito universal, ou

seja, para desconstruir a ideia de uma identidade única, dentre eles, o impacto dos Feminismos, tanto como teoria crítica, quanto como movimento social (HALL, 2006).

Com base no que foi exposto por Woodward (2008) e Hall (2006; 2008), podemos constatar que as identidades são, na verdade, muito mais relacionais do que essencialistas, elas são construídas através das ações diárias do sujeito. Além disso, não podemos esquecer que as identidades são marcadas pelas diferenças, de forma que não existem identidades sem diferenças. Nesse sentido, são as marcações simbólicas que diferenciam uma identidade de outras. Assim, um determinado grupo social pode ser simbolicamente marcado como inferior, sem que o seja. Ademais, as identidades também estão vinculadas às condições materiais e sociais dos sujeitos, pois, é por meio das classificações sociais que as diferenças são vividas na prática, através de sistemas classificatórios que dividem os sujeitos em pelo menos dois grupos – nós e eles (WOODWARD, 2008).

Gostaríamos que as diferenças fossem vistas aqui conforme explicada por Laclau (2011), não simples diferenças entre dois elementos que coexistem e que contribuem para múltiplas identidades, mas diferenças dicotômicas, em que o “outro” não é apenas aquele que se opõe as identidades que desejam se emancipar, e sim aquele que quer impedir uma inteira constituição dessas identidades emergentes. Destarte, sendo as identidades marcadas pelas diferenças, parece que algumas diferenças – como entre gênero e raça, por exemplo – são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares e momentos particulares (WOODWARD, 2008), sendo essas diferenças, em muitos casos, constituídas com base na exclusão e subordinação de outros grupos (LACLAU, 2011).

Dito isto, observa-se que a informação desempenha aqui papel decisivo, uma vez que, conforme Giddens (1990), as práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas a partir das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas. Assim, é por meio das Práticas Informacionais que as identidades são construídas e manifestadas, resultando em marcações simbólicas que passam a caracterizar determinados grupos, de modo que, as contradições sociais, de acordo com Pinto e Araújo (2012), são determinantes na realização das Práticas Informacionais desses sujeitos. No entanto, discutiremos as Práticas Informacionais mais à frente.

Desse modo, entendendo que os conceitos de raça e etnia estão ligados à construção das identidades, assim como o conceito de gênero, podemos dizer que eles servem como marcações simbólicas que legitimam as relações de submissão/opressão. De acordo com Pereira (2017), quando se justifica algo com base na naturalização biológica, faz-se acreditar que aquelas características são imutáveis, inatas, sem possibilidade de ser questionadas, nem alteradas, assim, constata-se que praticamente todas as relações de submissão/opressão, se não todas, são construídas socialmente com base em um discurso legitimado pela natureza ou pela biologia – sexo, classe, raça, gênero, etc.

No entanto, a Sociologia vem nos mostrar que as relações de submissão/opressão, as quais determinados grupos são submetidos, são baseadas em uma construção social, que vem para legitimar uma hierarquização, e tem a ver com os juízos de valor criados para cada grupo de pessoas. Assim, quando compreendemos essa situação como um problema de ordem social e não biológico, nós o tornamos passível de ser questionado e transformado (PEREIRA, 2017).

Quando falamos em raça/etnia e gênero, estamos falando em relações/construções sociais que criam diferenças, sendo a partir delas que se originam as desigualdades, pois, não são apenas diferenças entre grupos, e sim, diferenças entre grupos com posições desiguais na sociedade (PEREIRA, 2017). Dessa forma, apesar de raça/etnia e gênero não serem desigualdades sociais, sabemos que onde há diferença sempre haverá a tentativa de dominação de um grupo sob outro, nesse sentido, há um processo de diferenciação das pessoas para fins de dominação, baseando-se na ideia de que existe uma superioridade inata ou historicamente construída, que, como pudemos observar na literatura, sempre será do homem branco descendente de europeu (NOGUEIRA, 2015).

## 2.2 O Conceito de Interseccionalidade e o Feminismo Negro

O conceito de interseccionalidade desenvolvido no âmbito da discussão feminista se faz de extrema importância para entender como as categorias sociais se interseccionam com a finalidade de manter o *status quo* das relações de submissão/opressão. Além disso, pode-se dizer que é um conceito de extrema relevância no desenvolvimento do Feminismo Negro.

A partir do final da década de 1980, várias autoras feministas começaram a publicar textos críticos em relação ao conceito de gênero e sua utilização enquanto categoria analítica, essas críticas giravam em torno da centralidade concedida ao gênero em termos das forças sociais que oprimem as pessoas, desconsiderando outras categorias de análise (PISCITELLI, 2008).

No entanto, segundo Scott (1995), as pesquisadoras feministas que tinham uma visão política mais ampla, invocavam frequentemente três categorias como cruciais para a escrita, seriam elas: gênero, raça e classe. Para a autora, o uso dessas categorias assinalava “[...] em primeiro lugar, o envolvimento do/a pesquisador/a com uma história que incluía as narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão e, em segundo lugar, uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos” (SCOTT, 1995, p. 73).

Pode-se dizer que a necessidade de articulação de categorias sociais surgiu, também, a partir do momento em que as Ciências Sociais começaram a perceber que o meio cultural influencia na compreensão de mundo das pessoas e nas estratégias e táticas que elas vão utilizar ao longo de sua trajetória, seja como grupo organizado, ou como protagonista de sua própria história, sendo muitas vezes relevante ao analisar determinado fato político e/ou econômico (ROCHA, 2000). Para Meyer (1996, p. 43), a ideia de uma construção social está necessariamente ligada à articulação de gênero com outras categorias sociais como raça, etnia, religião etc., nesse sentido, “gênero se constrói com e nelas”, sendo o poder, portanto, visto como essencialmente relacional.

É a partir dessa tentativa de articulação das categorias de análise, que nasce a ideia de interseccionalidade. Tal ideia começou a ser trabalhada na década de 1980, pelas feministas negras norte-americanas, que estavam preocupadas em entender os sistemas de dominação formados a partir da interligação entre raça, classe, sexualidade e gênero. Elas defendiam que “[...] a abordagem interseccional tem dupla função: permite o enfrentamento das discriminações de forma mais eficiente e, ao mesmo tempo, pode orientar as demandas por políticas públicas inclusivas baseadas nas necessidades reais das mulheres a serem por elas beneficiadas” (CARDOSO, 2012, p. 54-55).

De acordo com Piscitelli (2008), a intenção na utilização dessas categorias era de oferecer ferramentas analíticas que possibilitassem apreender a articulação de várias diferenças e desigualdades. Não se trata mais de diferença sexual, nem de relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas sim de interações entre várias possíveis diferenças, em sentido amplo. Assim, o debate internacional da década de 1990, está marcado pela emergência de categorias que visam contemplar a multiplicidade de diferenciações, que, articulando-se com gênero, permeia a vida social.

A noção de interação, introduzida pelo conceito de interseccionalidade, possibilitou a superação da noção de superposição de opressões, uma vez que os fatores de discriminação não se sobrepõem uns aos outros, eles interagem atuando simultaneamente (PISCITELLI, 2008). Nesse sentido, a perspectiva interseccional vem mostrar como as esferas da desigualdade se apoiam umas nas outras para a manutenção do *status quo*. Mediante isso, podemos dizer que a interseccionalidade é a base conceitual da teoria feminista negra, sendo muito importante para o seu desenvolvimento, pois possibilitou o entendimento do processo de dominação e de resistência, a partir dos vários marcadores sociais, em especial gênero, raça e classe (CARDOSO, 2012).

Assim, o desenvolvimento do conceito de interseccionalidade convergiu com intensas disputas internas no Movimento Feminista, onde algumas mulheres reivindicavam a diferença (PISCITELLI, 2008). Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, lésbicas, reivindicavam uma diferença dentro da diferença, nesse sentido, a categoria “mulher”, que era diferente da categoria “homem”, não era suficiente para explicá-las, para elas, as reivindicações do movimento não as incluíam (SOIHET; PEDRO, 2007).

Dessa forma, elas denunciavam suas exclusões do Movimento Feminista, que passou a ser visto não apenas como pensamento feminista, mas como pensamento feminista branco (PISCITELLI, 2008). Nesse sentido, segundo Cardoso (2012, p. 80), apesar do Movimento Feminista apresentar várias vertentes teóricas, tais como os feminismos liberal, socialista (e marxista) e radical, que trabalhavam argumentos diferentes em relação às causas e soluções da opressão, elas acabavam sofrendo a mesma crítica, que era a de “[...] priorizar as experiências e condições de vida das mulheres brancas, heterossexuais, da classe média e generalizando-as, de forma inapropriada e perigosa, para as outras mulheres”. Desse

modo, as mulheres negras, bem como várias outras mulheres, não se sentiam representadas pelo feminismo hegemônico, que pregava um feminismo unificado e falava de uma mulher universal e de uma opressão comum a todas. Havia sim, uma opressão histórica baseada em gênero, mas esse não era a única forma de violência a que as mulheres estavam sujeitas (BARBOSA, 2016).

Essa nova organização de mulheres, que se configurou como Feminismo Negro, veio questionar a primazia das categorias analíticas gênero e classe social, que até então constituía grande parte da produção teórica do feminismo hegemônico, e descentralizar a versão masculinizada do negro. Assim, embora construído em torno da problemática raça, o feminismo negro desafia os limites do seu surgimento (BRAH, 2005).

Segundo Collins (2000), o Feminismo Negro defende, afirma, rearticula e fornece um veículo para expressar publicamente uma consciência que visa empoderar as mulheres negras e estimular a sua resistência. Ele introduz um debate sobre as diferenças, que é imprescindível para a afirmação da identidade racial dessas mulheres. Sendo que, identidades e diferenças foram de extrema importância na construção desse novo sujeito político, as mulheres negras, que veio propor o enegrecimento do feminismo e a feminização da raça (CARVALHO; ROCHA, 2016). Para Brah (2005, p. 331), o objetivo não era criar uma oposição entre feminismo negro e branco, e sim entendê-lo como “campos historicamente contingentes de contestação dentro das práticas discursivas e materiais”, contribuindo, por um lado, para a existência da diferença e, por outro, para a coalizão em enfrentamentos mais amplos.

### 2.3 O papel das Práticas Informacionais e da Competência Crítica em Informação nos enfrentamentos diários dos sujeitos

Segundo Espírito Santo (2008), poucos/as são os/as pesquisadores/as que se interessam pela temática de gênero na Ciência da Informação, mesmo sendo estreita a ligação entre informação e relações de gênero. Em uma pesquisa realizada em 2008, a autora faz um levantamento de artigos nacionais e internacionais, indexados no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e dos trabalhos apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), entre os anos de 2000 e 2007, com essa temática. Ao todo, foram encontrados apenas 18 artigos publicados por autores de outros países em 14 revistas internacionais; 6 artigos publicados em 5 revistas nacionais; e 4 trabalhos apresentados em 5 edições do Enancib.

De maneira parecida, durante um longo período as temáticas relacionadas aos/às negros/as foram silenciadas nas ciências em geral, e na Ciência da Informação não foi diferente. Segundo levantamento realizado por Ortolan, Silva, Alves e Martínez-Ávila (2017), até o ano de 2006 as publicações referentes as temáticas raciais eram praticamente inexistentes na CI. Nesse mesmo estudo, os autores recuperaram, em um intervalo de tempo não determinado, 36 publicações, a partir da Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). Já Valério, Bernardino e Silva (2012) analisaram as publicações realizadas nos Enancibs, entre os anos de 2005 e 2010, que versavam sobre as questões raciais, e constataram que de 982 artigos publicados, apenas 11 contemplaram assuntos sobre as relações raciais afrodescendentes, ou seja, em torno de 1% (um por cento) dos trabalhos apresentados.

Percebe-se que nos últimos anos essa realidade tem mudando. Já se pode identificar nas produções científicas da área da Ciência da Informação um esforço em trazer suas discussões para espaços sociais, introduzindo pautas de estudos antes ignoradas, como é o caso desse trabalho. Aqui, o conceito de informação assume o que Marteleto (1987, p. 179) chama de abordagem dialética ou crítica, sendo visto como um fator de mudança e não de manutenção das estruturas, ou seja, “como um processo contraditório, que tanto pode servir para a manutenção das relações sociais de produção, quanto para a estimulação da contradição no seio dessas mesmas relações”, possuindo dimensões políticas, econômicas e históricas. A informação é entendida como um instrumento gerador de mudanças, possibilitando transformações em nível individual e coletivo (EGGERT-STEINDEL, 1994).

Nesse sentido, entendemos as Práticas Informacionais e a Competência Crítica em Informação como conceitos que revelam o papel social da informação, que é o de possibilitar a transformação das condições em que vivem os sujeitos. Por isso a escolha de trabalhá-los em associação aos movimentos sociais, para entender como a informação pode servir de ferramenta para o enfrentamento das desigualdades.

### 2.3.1 Práticas Informacionais

Práticas Informacionais é um conceito que atualmente vem sendo desenvolvido baseado na abordagem sociocultural dos estudos de usuário (DUARTE; ARAÚJO; ANASTÁCIO DE PAULA, 2017). Foi Savolainen (2007), quem primeiro propôs o abandono do termo “comportamento informacional” e sua substituição por “práticas informacionais”. Segundo ele, esses seriam “conceitos guarda-chuva” que fornecem um contexto mais amplo para o estudo da informação, sendo utilizados para caracterizar as formas como as pessoas geralmente lidam com ela (SAVOLAINEN, 2007).

O conceito de “prática” advém da Etnometodologia e diz respeito a como os “fatos sociais” são constantemente produzidos pelos indivíduos. Nessa perspectiva, não existe regras, normas e estruturas que existam independentes das interações sociais, pelo contrário, tem-se a ideia de processo, ou seja, os sujeitos continuamente atualizando regras e modelos por meio de suas ações (ARAÚJO, 2013).

O conceito de prática é empregado também por Bourdieu (2004) para estudar os processos culturais e sociais, refletindo as práticas nos espaços e momentos de sua produção. Trata-se, assim, de dar maior espaço aos atores, admitindo, no entanto, que nos seus gestos existe uma extensa parte de impensado, automático e de não controlado. Para Bourdieu (2004), cada ator social é portador de um *habitus*<sup>1</sup> que concebe a prática (MARTELETO, 2017). Segundo o autor, para compreender as práticas dos sujeitos “[...] é preciso reconstruir o capital de esquemas informacionais que lhes permite produzir pensamentos e práticas sensatos e regulados, sem intenção de direção e obediência consciente a regras explicitamente formuladas como tais” (BOURDIEU, 2004, p. 97).

Segundo Lloyd (2010), as teorias da prática enfatizam que: o conhecimento é relacional e, portanto, construído; as práticas têm uma trajetória social, histórica e política, ou seja, são construídas ao longo do tempo, lugar e contexto; a construção de significado é uma negociação entre pessoas em um ambiente particular, levando à produção e reprodução de identidades e formas de interação; essa prática de compreensão exige a concentração em mais do que apenas processos internalizados, também exige compreensão da natureza experiencial do desempenho corporificado.

Foi com o desenvolvimento da abordagem sociocultural dos estudos de usuários que o conceito de Práticas Informacionais encontrou campo fértil para o seu desenvolvimento, surgindo como uma alternativa crítica ao conceito de comportamento informacional. Com o surgimento dessa abordagem, os pesquisadores do campo da informação começaram a buscar entender a integração entre o caráter individual (comportamento informacional) e coletivo (prática informacional) da informação, e, nesse caso, era preciso levar em consideração os contextos socioculturais (ARAÚJO, 2013).

A importação do conceito de “prática” dos campos das ciências humanas e sociais para os estudos de usuários acabou por representar uma profunda redefinição dos sujeitos (ARAÚJO, 2013). Agora o ser humano passa a ser visto não mais como usuário da informação e sim como sujeito informacional, ressaltando, dessa forma, o seu caráter de ator nesse processo (DUARTE; ARAÚJO; ANASTÁCIO DE PAULA, 2017). Dessa forma, o conceito de Práticas Informacionais está vinculado às interações estabelecidas entre sujeitos e informação, em contextos onde o conhecimento é construído coletivo e socialmente, e não meramente acumulado (ARAÚJO, 2013).

De acordo com Lloyd (2010, p. 251), o conceito de Práticas Informacionais é particularmente relevante para compreender o conceito de Competência Informacional, entendida pela autora como “[...] uma prática constituída por uma constelação de atividades relacionadas à informação”. Para Lloyd (2010), as competências informacionais devem ser entendidas como uma prática informacional crítica, organizada através do contexto social, e não como um conjunto de habilidades descontextualizadas, distantes das práticas que influenciam e conduzem a atividade humana.

<sup>1</sup> *Habitus* são disposições adquiridas e duráveis que podem levar os agentes a resistirem e a se oporem às forças do campo. Sendo o campo, um universo intermediário entre o objeto e os acontecimentos sociais, onde estariam inseridos os agentes e as instituições (SCARTEZINI, 2012).

### 2.3.2 Competência Crítica em Informação

Conforme Gasque (2010), na Ciência da Informação os estudos sobre competência podem ser observados a partir da utilização do termo *information literacy*, que surge em tópicos de pesquisa nos EUA, na década de 1970, e refere-se a “um conjunto de habilidades que exigem que os indivíduos reconheçam quando a informação é necessária e tenham a capacidade de localizar, avaliar e usar efetivamente essas informações” (ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARY, 2000, p. 2, tradução nossa). No Brasil, o termo *information literacy* pode ser apresentado com algumas variações de tradução<sup>2</sup>, a saber, ‘letramento informacional’, ‘alfabetização em informação’, ‘literacia’, ‘habilidade informacional’ e ‘competência informacional’, no entanto, na literatura da Ciência da Informação, a tradução não literal mais utilizada para o termo é a de ‘competência informacional’ (GASQUE, 2010).

Dudziak (2008, p. 42), uma das principais autoras brasileiras sobre assunto, define Competência Informacional como “[...] a mobilização de habilidades, conhecimentos e atitudes direcionada ao processo construtivo de significados a partir da informação, do conhecimento e do aprendizado”. A autora acredita que as Competências Informacionais acontecem através de três dimensões: a dimensão básica ou da informação, onde acontece o desenvolvimento de habilidades para o uso das ferramentas informacionais e da tecnologia; a dimensão secundária ou do conhecimento, onde as habilidades são internalizadas e os conhecimentos são construídos com base na reflexão; e por último, o nível mais complexo ou do aprendizado, onde a Competência Informacional é considerada um constante processo de aprendizado, englobando as duas primeiras dimensões, e adicionando valores e atitudes voltadas para aprender a aprender e para a responsabilidade social (DUDZIAK, 2007).

O conceito de Competência Informacional, conforme vinha sendo trabalhado no início de seu desenvolvimento, está ligado diretamente ao conceito de Comportamento Informacional, trata-se de uma visão muito individual e cognitivista, que traz a ideia de indivíduo capaz. No entanto, acredita-se que a Competência Informacional não deve se limitar às questões de acesso à informação, esse seria apenas um de seus aspectos, que deve ser somado, por exemplo, ao uso efetivo da informação acessada e a construção de conhecimento pelos sujeitos, os quais devem saber utilizá-lo de forma crítica para solucionar seus problemas, enfrentar as realidades desiguais e dominantes, bem como sedimentar uma sociedade mais justa e solidária. Diante disso, o conceito de Competência Informacional vem se expandindo e ganhando novas abordagens, principalmente com o surgimento das Tecnologias da Informação e Comunicação, e não raramente essas novas abordagens vem acompanhadas de uma inflexão crítica (BRISOLA, SCHNEIDER, SILVA JÚNIOR, 2017).

Nesse sentido, o grande volume informacional e a alta velocidade com que as informações circulam após o desenvolvimento dessas tecnologias, torna cada vez mais necessária a aquisição de ferramentas e habilidades para a absorção, avaliação e utilização dessas informações pelos indivíduos, mas não apenas isso, precisa-se de algo mais, algo que vai além de ferramentas tecnológicas e competência para lidar com elas, faz-se necessário o desenvolvimento de um senso crítico (BEZERRA; SCHNEIDER; BRISOLA, 2017). Isso porque, “[...] se o conhecimento teórico e o domínio operacional de ferramentas informacionais externas foram e são vitais, ao mesmo tempo foram e são, sempre, insuficientes, caso o sujeito não possua o devido senso crítico, que lhe permita conhecer suas próprias necessidades [...]” (BEZERRA; SCHNEIDER; BRISOLA, 2017, p.7-8).

Diante disso, o caráter instrumental, tecnicista e positivista das primeiras definições de *information literacy* deu espaço a uma série de críticas, que vêm sendo publicadas sob o conceito de *critical information literacy* no exterior, e Competência Informacional crítica ou Competência Crítica em Informação no Brasil. Isso porque, sabe-se que o domínio instrumental de dispositivos informacionais é necessário para qualquer competência em informação, mas não é o suficiente para que se possua uma Competência Crítica em Informação (BRISOLA; SCHNEIDER; SILVA JÚNIOR, 2017).

Além do domínio instrumental, a Competência Crítica em Informação requer, segundo Brisola, Schneider e Silva Júnior (2017) um questionamento permanente por parte dos sujeitos informacionais de suas necessidades de informação, em outras

<sup>2</sup> Apesar das traduções apresentadas estarem ligadas a expressão *information literacy*, elas não possuem o mesmo significado, apesar de serem inter-relacionadas ao uso da informação. Para mais informações consultar Gasque (2010).



palavras, a Competência Crítica em Informação “requer uma problematização conceitual, psicológica e pragmática das necessidades informacionais”.

Por outro lado, o conceito de Competência Crítica em Informação faz referência à ideia de aprendizado ao longo da vida, de forma que o indivíduo seja capaz de lidar não apenas com os desafios tecnológicos, mas também com os econômicos e sociais (BEZERRA, 2015). Nessa nova perspectiva crítica, a Competência Informacional é vista como “uma ferramenta essencial na construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, em que os indivíduos fariam escolhas mais conscientes e seriam capazes de efetivamente determinar o curso de suas vidas” (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p.136). A afirmação de Vitorino e Piantola parece, à primeira vista, um tanto quanto ingênua, uma vez que, no mundo capitalista em que vivemos, não cabe apenas ao sujeito definir o curso de sua vida, este depende de inúmeros fatores externos a sua própria vontade, no entanto, a questão chave está no fato de poder fazer “escolhas mais conscientes”, e mesmo quando não tiver escolhas, ter consciência do que acontece ao seu redor.

Dessa forma, acredita-se que as Práticas Informacionais desenvolvidas pelos sujeitos devem ser capazes de promover a construção de uma Competência Crítica em Informação, que se difere da Competência Informacional, pois vai muito além de saber utilizar as ferramentas informacionais disponíveis, e por conseguinte não é desenvolvida apenas em espaços institucionais. Ela é construída coletivamente, a partir das Práticas Informacionais cotidianas, em espaços formais e informais.

### 3 Procedimentos Metodológicos

Esta foi uma **pesquisa de campo**, de abordagem **qualitativa**, onde os dados foram coletados por meio de **entrevistas semiestruturadas**. Já em relação ao tipo da pesquisa, adota-se aqui a classificação apresentada por Hernández Sampieri, Fernández Collado e Baptista Lucio (2006), que classificam como sendo quatro os tipos de pesquisa existentes quando se fala em objetivo da pesquisa: exploratória, descritiva, correlacional e explicativa. Dentro desta classificação, pode-se dizer que este trabalho desenvolve uma pesquisa **correlacional**, estabelecendo uma relação entre as Práticas Informacionais e a Competência Crítica em Informação. No que diz respeito à análise dos dados optou-se por utilizar a **análise de conteúdo** proposta por Bardin (1977), através da técnica de **análise temática**.

#### 3.1 Campo empírico

O campo empírico da pesquisa foi a Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba. Trata-se de uma organização não governamental (ONG) composta especialmente por feministas negras, com sede em João Pessoa – PB, institucionalizada em 3 de março de 2001, com o objetivo de “empreender ações e debates que fortaleçam a identidade e autoestima de mulheres afro-brasileiras, em especial das paraibanas, visando contribuir para a eliminação do racismo, do sexismo e superação das desigualdades raciais” (CARVALHO, 2013, p.47).

Desde então, a Bamidelê desenvolveu várias ações educativas e formativas, como cursos, palestras, campanhas, oficinas, feiras de saúde, capacitações, rodas de diálogos, seminários e produção de material didático, com foco nas temáticas de saúde (sexual, reprodutiva e da população negra), educação, direitos sexuais, direitos humanos e ações afirmativas. Vale destacar a participação da Bamidelê em debates importantíssimos que envolvem os marcadores sociais de raça e gênero, tais como: a efetivação da Lei 10.639/03 na Paraíba; a discussão sobre a instituição das cotas raciais nas universidades públicas; e discussões para a efetiva implementação da Lei Maria da Penha.

Outro aspecto que não podemos deixar de citar é a forte ligação entre a Bamidelê e a área acadêmica, sendo a maioria de suas militantes ligadas às universidades, algumas inclusive professoras universitárias, o que permite um constante diálogo entre a organização e a área acadêmica, além de proporcionar parcerias, como as que existem com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), tanto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) quanto com o da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e também com alguns cursos de pós-graduação dessas mesmas universidades.

### 3.2 Os sujeitos da pesquisa e a coleta de dados

A Bamidelê é formada por um corpo militante de mulheres negras, composto por poucas integrantes, que se estruturam em cargos de diretoria, coordenação executiva, conselho fiscal e associadas, existindo uma rotatividade de funções. Assim, optou-se por utilizar como sujeitos da pesquisa as mulheres que atuam na organização, e não àquelas atendidas por ela. Tal escolha se deu devido ao histórico de engajamento político e social dessas mulheres, que acreditou-se contribuir para atingir o objetivo da pesquisa, por fornecer ricas informações para a análise.

Inicialmente essas mulheres seriam incluídas na pesquisa progressivamente, utilizando-se o princípio da saturação, termo criado por Glaser e Strauss (1967) e que se refere ao momento da pesquisa em que os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição. No entanto, ao iniciarmos a pesquisa encontramos uma série de contratempos para obter acesso às militantes, visto que, dada as dificuldades de recursos financeiros, a ONG tem passado a maior parte do tempo fechada, não realizando nenhum projeto regular, apenas eventos pontuais.

Mesmo essas dificuldades, foram entrevistadas cinco mulheres, no período de outubro a dezembro de 2018, quatro entrevistas realizadas de forma presencial, gravadas em áudio, e uma por meio digital<sup>3</sup>, pois a entrevistada encontrava-se em outro Estado. Ademais, como não foi possível o acesso à sede e aos documentos da Bamidelê, utilizou-se como fonte secundária de dados alguns trabalhos acadêmicos publicados nos últimos anos e que tiveram como objeto de pesquisa a organização.

## 4 Análise e Discussão dos Dados

Com a finalidade de tornar a pesquisa mais completa e subsidiar a análise dos dados, optou-se por traçar, na primeira parte da entrevista, o perfil sociodemográfico das mulheres que atuam na Bamidelê<sup>4</sup>, que iremos apresentar a seguir<sup>5</sup>:

**Participante 1** – Tem 50 anos, católica, divorciada e possui uma filha. Ensino Superior Incompleto em Pedagogia. Trabalha como cuidadora de idosos e professora da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Renda atual de menos de um salário mínimo. Na Bamidelê, exerce a função de Presidenta, participando da organização a cerca de 15 anos.

**Participante 2** – Tem 60 anos, não tem filiação religiosa, mas acredita em caboclos, preto velho, anjos e nossas senhoras. Solteira e possui dois filhos. É Doutora em Sociologia, professora universitária da UEPB, na cidade de Guarabira, ensinando disciplinas como sociologia, antropologia, cultura afro, metodologia de pesquisa, metodologia de ensino, dentre outras. Renda mensal de mais de seis salários mínimos. Na Bamidelê, atua na Coordenação, está na organização desde sua fundação.

**Participante 3** – Tem 52 anos, sem religião, casada e possui dois filhos. É Doutora em História, professora universitária filiada ao Departamento de História da UFPB. Renda mensal de mais de seis salários mínimos. Na Bamidelê, atua como Diretora, estando na organização desde sua fundação.

**Participante 4** – Tem 29 anos, candomelecionista, solteira e sem filhos. Formada em Relações Públicas, atualmente trabalha como Gestora Pública da Secretaria Executiva de Juventude da cidade de Recife. Renda mensal de um a três salários mínimos. Na Bamidelê, atuava como Assistente de Comunicação até o ano de 2016 quando precisou se mudar para o Estado de Pernambuco, porém continua associada à organização, a qual entrou em 2010.

**Participante 5** – Tem 49 anos, católica não praticante, casada e possui dois filhos. Formada em Pedagogia, com pós-graduação em Psicopedagogia. Trabalha como Psicopedagoga e Educadora. Renda atual entre um e três salários mínimos. Na Bamidelê, exerce a função de Multiplicadora e faz parte do Conselho Fiscal, está na ONG desde 2003.

Com base no levantamento socioeconômico apresentado, já é possível fazer algumas análises preliminares. Em relação à idade, por exemplo, percebe-se que a organização é formada por mulheres mais maduras, já com vasta experiência de vida

<sup>3</sup> Para essa entrevista foi utilizado o recurso do aplicativo *WhatsApp*, onde as perguntas foram feitas de forma escrita e as respostas enviadas em forma de áudio, do mesmo modo que as entrevistas presenciais o teor de cada resposta foi conduzindo a próxima pergunta, por se tratar de uma entrevista semiestruturada.

<sup>4</sup> Na ocasião das entrevistas foram entregues a cada participante o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* que autoriza a divulgação dos dados obtidos. Para a entrevistada que se encontrava em outro Estado foi enviado o termo por e-mail, o qual ela retornou assinado.

<sup>5</sup> Os sujeitos da pesquisa foram legendados em Participante 1, 2, 3, 4 e 5 como forma de garantir seu anonimato.

e de militância, no entanto, o estado civil varia, mas quase todas possuem filhos. Em relação à profissão, todas elas estão, de alguma forma, ligadas à educação, seja através da educação formal ou por meio de demandas sociais. A respeito da renda mensal, também se observou grande variação de remunerações, o que indica que a Bamidelê possui militantes de várias classes socioeconômicas.

Em relação à religião, não existe um consenso entre as participantes, pelo contrário, existe uma diversidade de crenças. Isso contradiz o que era esperado nessa pesquisa, pois, por saber que a religião é uma das formas de afirmação das identidades, esperava-se que a pesquisa constatasse um resgate das religiões de matrizes africanas como forma de afirmação da identidade negra dessas mulheres, no entanto, apenas uma das entrevistadas se assumiu candomblecista, enquanto as outras orbitaram entre católicas e sem religião. Apesar da religiosidade das integrantes ter surpreendido, talvez isso possa ser explicado tanto pela ótica do país ter sido por muito tempo predominantemente católico, como também pelas próprias circunstâncias do surgimento da organização, já que as mulheres inicialmente faziam parte das APNs. Registra-se aqui, nenhuma menção por parte das mulheres a crença evangélica, acredita-se que por prováveis divergências de valores.

Pudemos comprovar ainda o que foi levantado na pesquisa bibliográfica sobre a organização, no que diz respeito ao nível educacional das mulheres, pois verificou-se que elas têm, em sua maioria, curso superior ou são ligadas à universidade, algumas delas inclusive com alto nível educacional. Isso permite que a Bamidelê mantenha um constante diálogo com a academia, se beneficiando de duas formas: desenvolvendo subsídio teórico para suas ações e tendo a oportunidade de promover o debate racial e de gênero dentro da universidade. Pode-se cogitar que há aqui uma contradição: como as mulheres da Bamidelê podem ser de várias classes sociais, algumas recebendo menos que um salário mínimo, mas estarem ligadas à universidade? Iremos perceber mais à frente que a Bamidelê desempenha o importante papel de impulsionar as mulheres que fazem parte da ONG na busca por conhecimento e formação.

Para concluir o levantamento sociodemográfico, observou-se ao longo das entrevistas, e também por meio das pesquisas bibliográficas, que parte das mulheres que atuam na Bamidelê são provenientes de outros Estados, inclusive as mulheres que estiveram em sua criação eram todas de fora da Paraíba, acredita-se que essas diferentes culturas contribuíram para tornar a organização um ambiente de diálogo mais plural e rico em experiências de vida.

#### 4.1 Análise das Entrevistas

Mediante as falas das mulheres, e utilizando a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), foi possível delinear duas classes temáticas gerais na pesquisa, são elas: Práticas Informacionais e construção da Competência Crítica em Informação. Em seguida, essas classes temáticas foram se dividindo em quatro categorias e onze subcategorias, conforme apresentado no quadro a seguir.

**Quadro 1: Classes temáticas e categorias dos discursos emitidos**

Classe Temática	Categorias	Subcategorias
<b>Práticas Informacionais</b>	Âmbito do sujeito	Marcações simbólicas Fortalecimento coletivo Acesso à informação/conhecimento
	Âmbito da instituição	Mediação da informação Fontes informacionais Barreiras informacionais
<b>Construção da Competência Crítica em Informação</b>	Aprendizado ao longo da vida	Necessidades informacionais Espaços informacionais alternativos Senso crítico informacional
	Contribuições para o enfrentamento diário	Fortalecimento mútuo Uso da informação construída

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Assim, a partir dos discursos emitidos pelas entrevistadas, pudemos, em um primeiro momento, capturar a forma como as mulheres construíram e assumiram suas identidades, bem como apreender as ações institucionais promovidas pela Bamidelê

para o empoderamento de outras mulheres; e, em seguida, conseguimos entender a construção da Competência Crítica em Informação por parte dessas mulheres, observando sua utilização nos processos diários de enfrentamento das relações de poder, conforme veremos mais detalhadamente a seguir.

#### 4.1.1 Práticas Informacionais

De acordo com o discurso das mulheres, dividimos essa classe temática em duas categorias de análise, a saber: o **âmbito do sujeito**, da qual surgiram as subcategorias – marcações simbólicas, fortalecimento coletivo e acesso à informação/conhecimento; e o **âmbito da instituição**, que, por sua vez, se dividiu nas subcategorias – mediação da informação, fontes informacionais e barreiras informacionais.

##### 4.1.1.1 Âmbito do sujeito

As entrevistas iniciaram abordando os sujeitos da pesquisa sobre a construção de suas identidades de mulheres negras. O objetivo era saber como foi para as entrevistadas esse processo de se reconhecer e se afirmar como tal, destacando o papel da informação nesse desenvolvimento. Assim sendo, pode-se dividir o conteúdo das respostas em três subcategorias: as marcações simbólicas; o fortalecimento em grupo; e o acesso à informação/conhecimento.

Conforme dito por Woodward (2008) são as **marcações simbólicas** que diferenciam uma identidade de outras, no entanto, parece que algumas diferenças são vistas como mais importantes ou mais relevantes, especialmente em lugares e momentos particulares. Dessa forma, sendo as marcações simbólicas fruto de construções sociais sobre determinado grupo, elas são por vezes utilizadas como legitimadoras às relações de submissão/opressão.

Ao serem questionadas sobre a construção de suas identidades, algumas mulheres citaram situações de violência simbólica que as fizeram despertar para sua condição de “diferentes”. Essas diferenças eram sentidas em razão de suas características físicas, de sua classe social e até mesmo de sua condição de mulher. Além disso, elas também destacaram vários momentos em que a sociedade tentou mascarar suas características étnico-raciais. Desse modo, pudemos confirmar que, conforme explica Lloyd (2010), as práticas possuem uma trajetória social, histórica e política, ou seja, são construídas ao longo do tempo, lugar e contexto, e a construção de significado é uma ‘negociação’ entre pessoas em um ambiente particular, que leva à produção e reprodução de identidades.

No entanto, segundo Barbosa (2016), para que a mulher negra possa emancipar-se é necessário dois fatores principais que as estruturam, a saber: a consciência política, que faz a mulher negra ser protagonista da sua própria história; e a ação transformadora e afirmação identitária de mulher negra, o que só é possível através da elevação da autoestima que foi desestruturada pelo estigma, estereótipos e marginalidade, ou seja, pelas marcações simbólicas que foram depositados na população negra, em especial nas mulheres.

Assim, esses momentos de discriminação e opressão/submissão que essas mulheres sofreram, fizeram com que elas procurassem algum tipo de apoio, e foi a partir do **fortalecimento coletivo**, que elas revelaram encontrar forças para subsidiar seus enfrentamentos diários e assumir suas identidades. Nesses grupos essas mulheres acharam sustentação, e o mais importante, informação.

Conforme explica Araújo (2017), as Práticas Informacionais constituem-se em um movimento constante entre as disposições coletivas e individuais de como os sujeitos se relacionam com a informação, assim sendo, nesses espaços alternativos de construção de saberes, essas mulheres puderam confrontar suas experiências individuais com a experiência coletiva, o que lhes permitiu ressignificar as informações que possuíam.

O último ponto que as mulheres apontaram como contribuição à sua afirmação identitária foi o **acesso à informação/conhecimento**. Pode-se dizer que esse acesso se deu de duas formas: primeiro no contato com outros/as militantes dentro dos movimentos sociais, onde puderam trocar experiências e construir estratégias de enfrentamento diário; e segundo no incentivo que as mulheres receberam para irem em busca de formação, sejam em eventos, cursos, oficinas, universidades e outros. Nesse sentido, as ONGs tiveram importante papel de incentivadoras, pois mostraram para essas mulheres a importância de ter conhecimento.

#### 4.1.1.2 Âmbito da Instituição

Após entendermos a relação das mulheres com a informação e o papel desta na construção de suas identidades, passamos a investigar as Práticas Informacionais empreendidas por elas e pela organização, a fim de compreender se/como essas práticas contribuem para a construção da Competência Crítica em Informação. Nesse sentido, para essa categoria destacamos três subcategorias: mediação da informação, fontes informacionais e barreiras informacionais.

Segundo Araújo (2013), o conceito de Práticas Informacionais está vinculado às interações estabelecidas entre sujeitos e informação, em contextos onde o conhecimento é construído coletiva e socialmente, e não meramente acumulado. Assim, identificamos nas entrevistas, ações desenvolvidas pela ONG e por suas militantes com a finalidade de construir coletivamente o conhecimento. Portanto, na subcategoria que nomeamos como **mediação da informação**, pudemos constatar que a Bamidelê desenvolve uma série de ações educativas e formativas, tais como palestras, campanhas, oficinas, feiras de saúde, capacitações, rodas de diálogos, seminários, produção de material didático, dentre outras coisas, sempre com foco nas temáticas de saúde (sexual, reprodutiva e da população negra), educação, direitos sexuais, direitos humanos e ações afirmativas.

Nas ações citadas, as mulheres empreendem as mais diversas Práticas Informacionais, que vão desde a organização de eventos à produção de conteúdo para oficinas. Nesse sentido, uma das funções mais desempenhadas pelas militantes é a de educadora/multiplicadora. Todas as entrevistadas, mesmo àquelas que informaram ter cargos de coordenação, sinalizaram em suas atribuições o “apoio às formações”. Assim, podemos dizer que a Bamidelê é uma ONG que empreende ações políticas, com foco em educar e conscientizar, nesse sentido, suas associadas acreditam que as estruturas de poder e as relações de opressão/submissão só podem ser subvertidas através da educação.

Destacadas as ações empreendidas pela Bamidelê na construção e disseminação da informação, procuramos investigar as **fontes informacionais** utilizadas por elas nas suas demandas coletivas e individuais, ou seja, nas ações da ONG e na vida cotidiana. Assim, para os trabalhos desenvolvidos na organização, as mulheres destacaram como fontes de informações livros, revistas especializadas, internet, em especial os *blogs*, dados de pesquisas oficiais, como o Censo, a relação com outras ONGs e a participação em congressos. No que se refere a livros e revistas, as militantes apontaram essas duas fontes como de extrema relevância, por trazer informações científicas que podem e devem ser usadas para o embasamento das formações promovidas pela organização, trazendo mais confiabilidade.

Apesar dos livros serem vistos como a fonte que traz para os projetos o embasamento teórico e científico necessário para legitimar as ações da organização, é a internet que traz a ação potencializadora para o campo informacional. Nesse sentido, conforme já foi dito, devido ao grande volume informacional e a alta velocidade de circulação da informação se faz necessário a aquisição de ferramentas e habilidades para a absorção, avaliação e utilização dessas informações, o que a Bamidelê parece possuir, uma vez que demonstrou saber onde buscar as informações e como utilizá-las para subsidiar a elaboração de seus projetos.

Outro fator importante está no fato da própria ONG se configurar como fonte de informação, isso porque percebemos que, além das mulheres que procuram a Bamidelê em busca de apoio para seus enfrentamentos diários, a organização tem sido muito procurada como campo empírico de pesquisa ou objeto de estudo para trabalhos acadêmicos, como é o nosso caso. Nos últimos quatro anos houve em média um trabalho por ano abordando a organização, entre trabalhos de conclusão de cursos e dissertações, que temos conhecimento. Assim a Bamidelê vai democratizando informações e deixando registrada sua trajetória de lutas e conquistas.

Em relação às fontes informacionais utilizadas pelas militantes no seu dia a dia, as respostas não foram muito diferentes das que obtivemos em relação às fontes utilizadas pela organização. A diferença está na ênfase do papel da internet, que hoje se configura como uma das principais fontes informacionais para as pessoas. No caso das militantes da Bamidelê, a internet é essencial pelo fato de facilitar o acesso a conteúdos específicos, nesse sentido, os *blogs* de mulheres negras têm se destacado por trazer discussões importantíssimas para o empoderamento dessas mulheres.

Ao longo das entrevistas as mulheres alegaram algumas dificuldades, tanto em nível individual quanto coletivo, que para nós resultam em **barreiras informacionais**. A maioria dessas dificuldades gira em torno de questões financeiras ou de financiamento. Em nível individual, as mulheres argumentam que hoje não possuem mais condições de manter assinaturas de revistas, de comprar livros, assim como também não possuem condições de participar de congressos, isso devido à perda de poder aquisitivo e da falta de incentivo financeiro do Governo nos últimos anos. Em nível coletivo, a Bamidelê, como já foi dito anteriormente, está passando por uma grande dificuldade financeira, primeiro porque os órgãos de financiamento social acabaram deixando o país, acreditando que o país estava caminhando com seus próprios pés, como de fato estava, e foram desenvolver trabalhos na África e Ásia; segundo porque nos últimos anos houve um corte nos investimentos em saúde, educação e segurança por parte do Governo Federal, o que impactou diretamente no lançamento de editais de seleção de projetos, e a Bamidelê sobrevive de projetos.

Dessa forma, entende-se que barreiras informacionais vão muito além de problemas técnicos ou de recuperação da informação, nesse caso, as barreiras estão intimamente ligadas às barreiras sociais, políticas e econômicas. São questões de natureza material que dificultam o alcance dos objetivos informacionais dos sujeitos da ONG. Assim, é necessário muito mais que conhecimento instrumental para que essas barreiras sejam superadas, é preciso pensar em estratégias de enfrentamento.

#### 4.1.2 Construção da Competência Crítica em Informação

Nesta segunda classe temática, emergiram duas categorias de análise, a saber: **aprendizado ao longo da vida**, da qual surgiram três subcategorias – necessidades informacionais, espaços informacionais alternativos e senso crítico informacional; e **contribuições para o enfrentamento diário**, que, por sua vez, também se dividiu em duas subcategorias – fortalecimento mútuo e uso da informação construída.

##### 4.1.2.1 Aprendizado ao longo da vida

Segundo Bezerra (2015), o conceito de Competência Crítica em Informação faz referência ao aprendizado ao longo da vida, de maneira que o indivíduo seja capaz de lidar não apenas com os desafios tecnológicos, mas também com os econômicos e sociais. Nesse sentido, um dos fatores que indicam se o sujeito vem desenvolvendo uma Competência Crítica em Informação é saber questionar suas **necessidades informacionais**. Assim, conforme explica Brisola, Schneider e Silva Júnior (2017, p.7), é indispensável que haja um questionamento permanente, tanto por parte dos usuários quanto por parte dos mediadores da informação, sobre suas necessidades informacionais; em outras palavras, uma reflexão de “quão necessárias seriam essas necessidades”, seguida de uma hierarquização das mesmas e da identificação das condições concretas de sua realização.

Desse modo, entendemos que as mulheres que procuram o apoio dos movimentos sociais, fazem antes uma reflexão sobre sua condição social e suas necessidades informacionais, mesmo que inconscientemente. Elas estão em busca de preencher algo que lhes falta, buscam por fortalecimento coletivo. Assim, a Bamidelê, por sua vez, como mediadora da informação, tenta suprir as necessidades dessas mulheres, e para isso também faz uma reflexão das necessidades informacionais do seu público-alvo, com a finalidade de, a partir disso, desenvolver ferramentas que atendam essas demandas, promovendo o crescimento social, emocional e econômico dessas mulheres.

Ao dizermos que a Competência Crítica em Informação faz referência ao aprendizado ao longo da vida, subentendemos com essa afirmação que competência crítica não é construída apenas nos espaços formais de construção do conhecimento, como é o caso da escola, das universidades, do trabalho, mas também em **espaços informacionais alternativos**. A própria Bamidelê se configura como um espaço informacional alternativo.

Para grupos que estão em situação de opressão/submissão diante da sociedade, como é o caso das mulheres negras, esses espaços oferecem a oportunidade de resignificar as informações disseminadas pelas classes hegemônicas da sociedade, e que são responsáveis por reforçar as marcações simbólicas que marginalizam determinados grupos. Nesse sentido, as próprias instituições formais, muitas vezes, são responsáveis por perpetuar as desigualdades sociais.

Outro aspecto importante relacionado à Competência Crítica em Informação é o desenvolvimento de um **senso crítico informacional** por parte dos sujeitos. Conforme explicam Bezerra, Schneider e Brisola (2017) o senso crítico é o fator cognitivo que orienta nossa ação e seleção informacional, com base nos nossos conhecimentos prévios e nas nossas demandas informacionais. Nesse sentido, a pesquisa nos mostrou que a partir do contato com os espaços informacionais alternativos, as mulheres foram estimuladas a desenvolver este senso crítico informacional, assumindo uma atitude questionadora diante das informações que lhes são impostas.

#### 4.1.2.2 Contribuições para o enfrentamento diário

Para finalizar, buscamos analisar como as Práticas Informacionais e a construção da Competência Crítica em Informação contribui para o enfrentamento diário das militantes da Bamidelê. Nesse sentido, destacamos como primeira forma de contribuição o **fortalecimento mútuo**, pois é por meio dele que elas criam estratégias para vencer as barreiras sociais e informacionais que lhes são impostas no dia a dia. Esse fortalecimento mútuo, criado a partir da construção coletiva da informação, oferece oportunidade para que as mulheres se empoderem e empoderem outras, o que traz para elas a segurança e a capacidade para lidar com as relações diárias de opressão/submissão. Podemos dizer que a construção da Competência Crítica em Informação acontece a partir do fortalecimento coletivo proporcionado pelo acesso à informação e, principalmente, às formações, essas, em especial, contribuem com o desenvolvimento da capacidade de reflexão.

Outro ponto que destacamos como contribuição da Competência Crítica em Informação no enfrentamento das relações de submissão/opressão é o **uso da informação construída**. Pudemos perceber que a informação que é construída no espaço da Bamidelê ou pelos projetos da ONG é posteriormente utilizada pelas militantes em suas ações diárias, seja para se defender em situações de opressão, seja para esclarecer ou empoderar outras mulheres.

Assim, mediante o que foi apresentado, concordamos com Vitorino e Piantola (2009, p.136) quando dizem que a Competência Crítica em Informação é “uma ferramenta essencial na construção e manutenção de uma sociedade livre”. Livre no ponto de vista de formar cidadãos/ãs conscientes de seu papel e seu lugar na sociedade, capazes de perceber que a marginalização que sofrem não diz respeito a essências, e sim a construções de uma sociedade que oprime e submete àqueles que considera inferiores.

## 5 Considerações Finais

Pudemos constatar, ao longo desse trabalho, que mulheres e negros/as tiveram, durante muito tempo, suas histórias silenciadas. São histórias de luta e resistência contra sociedades que os oprimem e consideram suas trajetórias como secundárias. A ciência, de um modo geral, teve grande responsabilidade por isso, pois, através de teorias como a racialização da espécie humana e naturalização biológica, contribuiu para a construção das marcações simbólicas que serviram para legitimar as relações de submissão/opressão as quais os grupos oprimidos ainda são submetidos.

Assim, o desenvolvimento dos conceitos de gênero e de interseccionalidade foram primordiais como ferramentas teóricas que possibilitaram entender, por um lado, que as identidades não são inatas, e sim construídas, e por outro, que as opressões sofridas não são sobrepostas, mas articuladas. Dessa forma, a partir do conceito de interseccionalidade, foi possível confirmar, que as mulheres negras estão submetidas a uma intersecção de opressões – principalmente de gênero, raça e classe – e que por isso possuem sua própria agenda de resistência, que é diferente da agenda do Movimento Feminista hegemônico e, também, da agenda do Movimento Negro.

No que se refere à construção das identidades, a literatura nos mostrou que não existem identidades sem diferenças, e que, atualmente, os movimentos sociais, incluindo o movimento de mulheres negras, têm reivindicado o reconhecimento dessas diferenças como forma de se fortalecer. Nesse sentido, devemos destacar o importante papel da informação na construção das identidades e das diferenças, pois, é por meio da informação que as marcações simbólicas sobre determinados grupos são instituídas. Assim, a informação deve ser vista aqui tanto como um instrumento que serve para reforçar as relações de submissão/opressão, quanto como recurso fundamental para superar essas desigualdades.

Diante do que foi exposto, nos propomos a trazer para Ciência da Informação a discussão sobre gênero e raça, a partir de uma análise das Práticas Informacionais e da construção da Competência Crítica em Informação, por parte das mulheres negras militantes nos movimentos sociais, mais especificamente na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba. Nosso objetivo era compreender se/como as Práticas Informacionais desenvolvidas por essas mulheres contribuem para a construção de uma Competência Crítica em Informação que colabore com os seus enfrentamentos diários às relações de submissão/opressão.

A pesquisa nos mostrou que as mulheres negras começam seu processo de construção de identidade desde muito cedo, já sofrendo as consequências da submissão/opressão que as marcações simbólicas lhes impõem, o que as faz buscar meios de fortalecimento contra aquilo que lhes oprime. Assim, é através do encontro com seus/suas semelhantes que essas mulheres constroem sua afirmação identitária, a partir de espaços alternativos de construção de saberes que proporcionam acesso à informação/conhecimento necessário para superar as desigualdades sociais.

Pudemos perceber ainda, a partir das respostas das entrevistadas, que devemos dar uma atenção especial aos espaços informacionais alternativos, como é o caso da própria Bamidelê, pois, é a partir das Práticas Informacionais desenvolvidas nesses espaços que as mulheres se fortalecem mutuamente e criam estratégias de enfrentamento com base na informação construída. Podemos dizer, então, que esses espaços são de grande valor na construção da Competência Crítica em Informação por parte dessas mulheres.

Assim, acreditando que a Competência Crítica em Informação faz referência a um aprendizado ao longo da vida, destacamos como algumas competências desenvolvidas por essas mulheres: a reflexão sobre suas necessidades informacionais; o desenvolvimento de um senso crítico informacional, no que diz respeito às informações e às situações que essas mulheres são submetidas; e o uso da informação construída como forma de empoderamento individual e coletivo. Essas competências, dentre outras, são utilizadas pelas militantes diariamente em oposição às relações de submissão/opressão às quais são submetidas.

Vale destacar aqui ainda, o papel da Bamidelê enquanto centro de mediação da informação, produtora de conteúdo, e que promove o desenvolvimento de senso crítico informacional nas mulheres com as quais trabalha. Uma instituição que, por meio de Práticas Informacionais distintas, constrói diferentes estratégias de enfrentamento às relações de submissão/opressão. Além disso, mantém forte preocupação quanto à confiabilidade das fontes informacionais utilizadas na construção dos materiais produzidos para ações, tendo sempre o cuidado de dar um caráter científico às informações repassadas, a fim de garantir a seriedade do trabalho desenvolvido por elas.

Para finalizar, gostaríamos de dizer que, apesar da contribuição que acreditamos trazer para o campo da Ciência da Informação ao estudar temas como gênero e raça, a partir da análise das Práticas Informacionais e da Competência Crítica em Informação, acreditamos que esse é um tema que ainda pode ser bastante explorado. Por um lado, tanto gênero, quanto raça são temas pouco abordados na CI, e por outro, o estudo das Práticas Informacionais, bem como a Competência Crítica em Informação, oferecem vastas possibilidades de abordagens. Acreditamos que estudos futuros podem servir, por exemplo, para comparar a realidade analisada aqui com a realidade de outras ONGs, ou então, a construção da Competência Crítica em Informação pelas feministas negras pode ser analisada a partir de um estudo de suas histórias de vida, essas são só algumas das possibilidades. De qualquer forma, essa pesquisa possibilitou aos/as pesquisadores/as um bom conhecimento no que diz respeito às desigualdades sociais às quais mulheres e negros/as estão submetidos, bem como demonstrou como as Práticas Informacionais e a Competência Crítica em Informação possuem um importante papel social, podendo ser usadas como ferramenta para minimizar os impactos de uma sociedade opressora.

## Referências

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O sujeito informacional no cruzamento da Ciência da Informação com as Ciências Sociais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: ENANCIB, 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2337> Acesso em: 28 jul. 2018.



- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são práticas informacionais? **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, número especial, out. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20655/31084> Acesso em: 28 jul. 2018.
- ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Information literacy competency standards for higher education**. Chicago: ALA, 2000. Disponível em: <https://alair.ala.org/handle/11213/7668> Acesso em: 20 dez. 2017.
- BARBOSA, Karla Maria da Silva. **Feminismo e emancipação feminina**: um estudo sobre a concepção da emancipação da mulher negra na Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba. 2016. 111f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9758/2/arquivototal.pdf> Acesso em 28 jul. 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda., 1977.
- BEZERRA, Arthur Coelho. Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16, 2015, João Pessoa. **Anais** [...] João Pessoa: ANCIB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2716/1034> Acesso em: 28 jul. 2018.
- BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; BRISOLA, Anna Cristina. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.27, n.1, p.7-16, jan./abr. 2017. Disponível em: [www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/download/31114/17408](http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/download/31114/17408) Acesso em: 28 jul. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRAH, Avtar. **Cartographies of diaspora**: Contesting identities. New York: Routledge, 2005.
- BRISOLA, Anna Cristina; SCHNEIDER, Marco André Feldman; SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco da. Competência crítica em informação, ética intercultural da informação e cidadania global na era digital: fundamentos e complementaridades. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18, 2017, Marília. **Anais** [...] Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/417> Acesso em: 14 fev. 2018.
- CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas**: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Salvador. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf> Acesso em: 20 jun. 2018.
- CARVALHO, Rayssa Andrade. **O Movimento de Mulheres Negras na Paraíba**: um olhar sobre a Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba (2001-2012). 2013. 87f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- CARVALHO, Rayssa Andrade; ROCHA, Solange Pereira. As mulheres negras em movimento no Brasil: atuação política da Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba. **GÊNERO**, Niterói, v.16, n.2, p. 71-89, 2016. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31237/18326> Acesso em: 18 maio 2018.
- COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York/London: Routledge, 2000. Disponível em: <https://uniteyouthdublin.files.wordpress.com/2015/01/black-feminist-thought-by-patricia-hill-collins.pdf> Acesso em: 20 mar. 2018.
- DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; ANASTÁCIO DE PAULA, Claudio Paixão. Práticas informacionais: desafios teóricos e empíricos de pesquisa. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, p.111-135, nov. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20650> Acesso em: 09 jan. 2018.
- DUDZIAK, Elisabeth Adriana. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.1, n.1, p.88-98, jun. 2007. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1396> Acesso em: 29 dez. 2017.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.18, n.2, p.41-53, maio/ago. 2008. Disponível em <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1704/2109> Acesso: 30 dez. 2017.

EGGERT-STEINDEL, Gisela. Fontes de informação e a questão de gênero no cotidiano da mulher (dona de casa). **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 23, n. 2, p. 167-188, 1994. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/2910> Acesso em: 22 jul. 2018.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p.317-332, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/6389> Acesso em: 20 jun. 2018.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 3, p.83-92, 2010. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/11041> Acesso em: 21 dez. 2017.

GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. **The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research**. New York: Aldine Publishing Company, 1967.

GIDDENS, Anthony. **The consequences of Modernity**. Cambridge: Polity, 1990

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora vozes, 2008.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. **Metodologia da Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LLOYD, Annemaree. Framing information literacy as information practice: site ontology and practice theory. **Journal of Documentation**, [S.l.], v. 66, n. 2, p.245-258, 2010. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00220411011023643/full/html> Acesso em: 27 jul. 2018.

MARTELETO, Regina Maria. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 16, n. 2, dez. 1987. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/260> Acesso em: 22 jun. 2018.

MARTELETO, Regina Maria. A cultura, o conhecimento e a informação na obra de Pierre Bourdieu. *In*: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA; Ricardo Medeiros (Orgs.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p.29-48.

MEYER, Dagmar Estermann. Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. *In*: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 41-54.

NOGUEIRA, Guilherme Dantas. Olhares sobre raça, etnia e desigualdades. *In*: SIMPÓSIO PÓS-ESTRUTURALISMO E TEORIA SOCIAL, 2015, Pelotas. [Anais]. Pelotas: UFPEL, 2015. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/legadolaclau/files/2015/07/guilherme-nogueira.pdf> Acesso em: 10 nov. 2018.

ORTOLAN, Luciana Pereira Vicente; SILVA, Marcio Ferreira da; ALVES, Roberta Carolina Vesu; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel. As temáticas sobre o negro na Ciência da Informação brasileira. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 3, p. 14-29, jul./set., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/35715/0> Acesso em: 10 nov. 2018.

PEREIRA, Júlia Adujas. O conceito de raça e racismo brasileiro. **Laboratório Didático - USP ensina Sociologia**, São Paulo, 2017. Disponível em: [http://ensinosociologia.ffch.usp.br/sites/ensinosociologia.ffch.usp.br/files/TTJuliaAdujasPereira\\_site.pdf](http://ensinosociologia.ffch.usp.br/sites/ensinosociologia.ffch.usp.br/files/TTJuliaAdujasPereira_site.pdf) Acesso em: 10 jan. 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf> Acesso em: 23 maio 2018.

PINTO, Flávia Virgínia Melo; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Contribuição ao campo de usuários da informação: em busca dos paradoxos das práticas informacionais. **TransInformação**, Campinas, v. 24, p. 3, p. 219-226, set./dez., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a06v24n3.pdf> Acesso em: 20 dez. 2018.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/5247/0> Acesso em: 13 mai. 2018.

ROCHA, Elaine. A captura de novos sentidos na História – Gênero e Etnia. **Diálogos**, Maringá, v. 4, n. 4, p. 145-160, 2000. Disponível em: <http://www.dialogos.uem.br/index.php?journal=ojs&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=283> Acesso em: 25 abr. 2018.

SAVOLAINEN, Reijo. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **Library Quarterly**, [S.l.], v. 77, n. 2, p.109–132, 2007. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/249120513\\_Information\\_Behavior\\_and\\_Information\\_Practice\\_Reviewing\\_the\\_Umbrella\\_Concepts\\_of\\_Information-Seeking\\_Studies](https://www.researchgate.net/publication/249120513_Information_Behavior_and_Information_Practice_Reviewing_the_Umbrella_Concepts_of_Information-Seeking_Studies) Acesso em: 08 jan. 2018.

SCARTEZINI, Natália. Introdução ao método de Pierre Bourdieu. **Caderno de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 14 e 15, p. 25-37, c2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/5159> Acesso em: 20 jun. 2018.

SCOTT, Joan Wallack. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> Acesso em: 20 jun. 2018.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000200015&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000200015&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 30 nov. 2019.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SILVA, Joselina da Silva. A produção científica sobre os(as) negros(as) nos Enancibs sob um olhar cientométrico. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 151-169, maio/ago 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/12247/7765> Acesso em: 27 jul. 2018.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130-141, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf> Acesso em: 20 dez 2017.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora vozes, 2008.

Artigo submetido em: 31/08/2019.  
Aceito em: 29/12/2019.

 **UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CARIRI**

Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Mestrado Profissional em Biblioteconomia

 **PPGB**

Este periódico é uma publicação do [Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia](#) da [Universidade Federal do Cariri](#) em formato digital e periodicidade semestral.